

2. DINHEIRO

CAPÍTULO 3: O DINHEIRO OU A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

A esta altura, está claro que uma noção particular de dinheiro se cristalizou ao longo do tratamento que Marx dá à troca de mercadorias. Ela estava implícita na oposição entre as formas relativa e equivalente do valor, e isso, com a disseminação da troca num ato social geral, conduziu ao surgimento de um equivalente universal, que tomou a forma de uma mercadoria-dinheiro tangível, a qual, apesar de encobrir as origens do valor no tempo de trabalho socialmente necessário, representa valor. Vamos analisar mais de perto essa forma de valor.

O capítulo 3 é longo e bastante intrincado. No entanto, conta uma história simples, em linguagem que hoje nos soa familiar. O dinheiro é um conceito unitário, mas interioriza funções duplas, que refletem a dualidade do valor de uso e do valor de troca na própria mercadoria. Por um lado, o dinheiro opera como uma medida de valor, como um padrão-ouro, por assim dizer, do tempo de trabalho socialmente necessário. Para cumprir esse papel, ele precisa possuir qualidades distintivas capazes de fornecer, tanto quanto possível, um padrão preciso e eficiente de medida do valor. Por outro lado, o dinheiro também tem de aceitar a expansão da troca e fazê-lo com o mínimo de espalhafato e dificuldade. Desse modo, ele funciona como um simples meio [*medium*] para movimentar uma variedade cada vez maior de mercadorias de um lugar para o outro.

Há uma tensão, uma contradição, entre essas duas funções. Como medida de valor, por exemplo, o ouro parece muito bom. Ele é permanente e pode ser armazenado para sempre; podemos avaliar suas qualidades; podemos conhecer e controlar suas condições concretas de produção e circulação. O ouro, portanto, é excelente como medida de valor. Mas imagine-se toda vez que fôssemos tomar

café tivéssemos de usar um minúsculo grão de ouro para pagá-lo. Essa é uma forma muito ineficiente de dinheiro, do ponto de vista da circulação de uma miríade de pequenas quantidades de mercadorias. Imagine se cada um tivesse de carregar uma bolsinha com grãos de ouro – e o que aconteceria se alguém espirrasse enquanto conta os grãos? O ouro é um meio ineficiente de circulação, apesar de ser uma excelente medida de valor.

Marx compara o dinheiro como medida de valor (item 1) e o dinheiro como um meio de circulação (item 2). Mas, no fim das contas, há apenas um tipo de dinheiro (item 3). É a resolução dessa tensão entre o dinheiro como medida efetiva de valor e o dinheiro como meio eficiente de circulação é parcialmente dada pela possibilidade ou – e isso é controverso – pela *necessidade* de outra forma de circulação, que é a existência do crédito. A conseqüente relação entre devedores e credores não só abre a possibilidade como introduz a necessidade de outra forma de circulação: a do capital. Em outras palavras, o que emerge nesse capítulo é a possibilidade do conceito, assim como do fato, do capital. Do mesmo modo que a possibilidade do dinheiro se cristalizou a partir dos processos de troca, a possibilidade do capital se cristaliza a partir da contradição entre o dinheiro como medida do valor e o dinheiro como meio de circulação. Essa é a questão principal desse longo capítulo. Se a mantivermos sempre em mente, muitos detalhes intrincados e por vezes confusos se encaixarão com mais facilidade no conjunto.

ITEM 1: MEDIDA DOS VALORES

Há uma distinção entre “dinheiro” e “mercadoria-dinheiro”. Para consolidar seu argumento anterior – a saber, o valor não é materialmente mensurável em si mesmo, antes requer uma representação para regular as trocas –, Marx começa pressupondo o ouro como a mercadoria-dinheiro singular. O ouro é “a forma necessária de manifestação da medida imanente de valor das mercadorias: o tempo de trabalho” (169). O valor é expresso (ou talvez devêssemos dizer “reside”) na relação entre a mercadoria-dinheiro como “uma forma de manifestação” do valor e todas as mercadorias que são trocadas por ela. O valor das mercadorias é irreconhecível e incognoscível sem sua forma de manifestação.

Isso, no entanto, leva a algumas complicações – e revela algumas contradições – que requerem uma análise mais detalhada. Marx concentra-se, em primeiro lugar, no modo como os preços são vinculados às mercadorias. Os preços, diz ele, são imaginários, ou ideais (quer dizer, um produto do pensamento ou um princípio lógico, em oposição a conclusões “reais” ou empiricamente derivadas) (170). Ele se refere, aqui, ao fato de que, quando produz uma mercadoria, não tenho ideia de qual é seu valor antes de colocá-la no mercado. Vou ao mercado com uma noção

imaginária, ideal, de seu valor. Assim, colo nela uma etiqueta com um preço. Isso informa o potencial comprador do valor que, para mim, a mercadoria deveria ter. Mas não tenho como saber se conseguirei esse preço por ela, pois não posso ter uma ideia prévia de qual é seu “valor de mercado”: “Em sua função de medida de valor, o ouro serve, portanto, apenas como dinheiro representado ou ideal. Essa circunstância deu vazão às mais loucas teorias. Embora apenas o dinheiro representado sirva à função de medida de valor, o preço depende inteiramente do material real do dinheiro” (171). Estabelece-se uma relação entre os preços imaginários, ideais, e os preços efetivamente recebidos no mercado. O preço recebido deveria “idealmente” indicar o valor verdadeiro, mas é apenas uma aparência, uma representação – imperfeita – do valor.

Preferiríamos, é óbvio, que a representação quantitativa do valor fosse um padrão estável de medida. O ouro, no entanto, é uma mercadoria específica; seu valor é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário que nele é incorporado, e este, como vimos, não é constante. Flutuações nas condições concretas de produção afetam o valor do ouro (ou de qualquer outra mercadoria-dinheiro). Mas tal mudança de valor “atinge todas as mercadorias ao mesmo tempo e *caeteris paribus* [todos os outros fatores permanecendo iguais] mantém inalterados seus valores relativos *recíprocos*, mesmo que estes agora se expressem em preços de ouro maiores ou menores do que antes” (173, grifo meu).

Marx também introduz a prata como uma potencial mercadoria-dinheiro alternativa para enfatizar o seguinte: embora pareça ser um padrão sólido de valor para a comparação dos valores relativos de todas as outras mercadorias, o ouro se revela pouco estável para estabelecer o valor absoluto (173). Se, como aconteceu na corrida do ouro de 1848, o mercado é inundado de ouro, ocorre uma queda repentina de seu valor – a medida representativa do tempo de trabalho socialmente necessário – e todos os preços das mercadorias têm de ser reajustados para cima (o que explica a grande inflação do século XVI, quando os espanhóis introduziram o ouro da América Latina no mercado). Tratamos a mercadoria-dinheiro sempre como algo dotado de um valor de uso concreto, e suas próprias condições de produção influenciam o modo como o valor é representado. Em anos recentes, os preços do ouro oscilaram para cima e para baixo em todo o mundo (por razões que serão tratadas mais adiante). O que Marx deseja enfatizar aqui é que, mesmo que toda mercadoria-dinheiro provoque uma medida oscilante de valor, sua inconstância não faz nenhuma diferença para os valores *relativos* das mercadorias que são trocadas no mercado (173, ver também 130).

Marx observa ainda que, “como medida dos valores e padrão dos preços, o ouro desempenha dois papéis completamente distintos”. Aqui, surge da teoria do dinheiro uma subdualidade que não deve ser confundida com a distinção maior

entre o dinheiro como medida de valor e como um meio de circulação. A mercadoria-dinheiro é a “medida de valor por ser a encarnação social do trabalho humano” – essa é a representação “ideal” –, mas é também “o padrão de preços como um peso metálico estipulado”. É esse último aspecto que nos permite dizer que tal mercadoria “vale” de fato tantos gramas de ouro. Essa quantidade, o peso do ouro, é o que temos em mente antes – e esperamos ter no bolso depois – da troca da mercadoria. No entanto, “as denominações monetárias dos pesos metálicos se separam progressivamente de suas denominações originais por razões diversas” (255-6) – e essas razões são razões históricas.

Não há nenhuma teoria explícita do Estado n’*O capital*, mas, se mapearmos suas diversas ocorrências ao longo do texto, veremos claramente que o Estado exerce funções essenciais no interior do sistema de produção capitalista (invocamos implicitamente esse fato no capítulo 2, ao imaginar as instituições da propriedade privada e um mercado de funcionamento perfeito). Uma das funções mais importantes do Estado, como veremos, tem a ver com a organização do sistema monetário, regulando a moeda e mantendo o sistema monetário efetivo e estável.

Esses processos históricos transformaram em hábito popular a separação entre a denominação monetária dos pesos metálicos e os nomes de suas medidas habituais de peso. Como o padrão monetário é, por um lado, puramente convencional, mas, por outro, necessita de validade universal, ele é, por fim, regulado por lei. (174)

A denominação monetária é um construto fetichista. “O nome de algo é totalmente exterior à sua natureza. Não sei nada de um homem quando sei apenas que ele se chama Jacó. Do mesmo modo, nas denominações monetárias libra, táler, franco, ducado etc. desaparece todo sinal da relação de valor” (175). Ou seja, a relação com o tempo de trabalho socialmente necessário é, ainda por cima, dissimulada por essas denominações monetárias. “O preço”, conclui Marx, “é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria” (176). A denominação monetária (libras, ducados) não é o mesmo que a mercadoria-dinheiro (ouro), e sua relação com o valor como tempo de trabalho socialmente necessário torna-se cada vez mais opaca; mas é importante lembrar a definição do preço como a denominação monetária do trabalho incorporado numa mercadoria.

Marx prossegue com duas observações importantes. Existe a possibilidade, diz ele, “de uma incongruência quantitativa entre preço e grandeza de valor, ou o desvio do preço em relação à grandeza de valor”, e essa possibilidade é inerente à própria forma-preço. “Isso não é nenhum defeito dessa forma, mas, ao contrário, aquilo que faz dela a forma adequada a um modo de produção em que a regra só se pode impor como a lei média do desregramento que se aplica cegamente” (117).

Ou seja, se eu levar minha mercadoria ao mercado e colocar nela um preço (uma denominação monetária ou uma dada representação de valor), e se você levar uma mercadoria similar e colocar nela outro preço, e se um terceiro levar outra mercadoria similar e colocar nela outro preço, teremos um mercado repleto de preços diferentes para uma mesma mercadoria. O preço médio que será efetivamente alcançado em determinado dia dependerá de quantas pessoas desejarem a mercadoria e quantas irão ao mercado para vendê-la. Assim, o preço médio alcançado oscilará de acordo com as flutuações nas condições de oferta e demanda.

É por esse mecanismo que ocorre um equilíbrio de preço. Tal equilíbrio, ou aquilo que os economistas políticos clássicos chamam de preço “natural”, é o preço alcançado quando a oferta e a demanda chegam a um equilíbrio. Marx dirá mais tarde que, nesse ponto de equilíbrio, a oferta e a demanda deixam de explicar tudo. A oferta e a demanda não explicam mais por que uma camisa custa, em média, menos do que um par de sapatos, tampouco qual é o preço diferencial entre camisas e sapatos. Na visão de Marx, esse preço diferencial médio reflete o valor, o tempo de trabalho socialmente necessário incorporado nas diferentes mercadorias. Num determinado dia, porém, as flutuações de preço mostram o estado em que se encontra a relação entre oferta e demanda de sapatos naquele dia e por que essa relação variou em comparação com o dia anterior. Assim, o fato de colocarmos denominações monetárias nas mercadorias e convertermos a medida de valor nessa forma ideal, a forma-preço, permite que as flutuações de preço equilibrem o mercado, ao mesmo tempo que facilita a tarefa de identificar uma representação apropriada do valor como equilíbrio ou preço natural. O que as flutuações nos preços produzem é uma *convergência no trabalho médio socialmente necessário para produzir uma mercadoria*. Sem essa incongruência quantitativa não haveria como transitar das variações da oferta e da demanda no mercado para a convergência no preço médio social que representa o valor.

A segunda observação é ainda mais difícil de absorver:

Mas a forma-preço permite não apenas a possibilidade de uma incongruência quantitativa entre grandeza de valor e preço, isto é, entre a grandeza de valor e sua própria expressão monetária, mas pode abrigar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixe absolutamente de ser expressão de valor, embora o dinheiro não seja mais do que a forma-valor das mercadorias. Assim, coisas que em si mesmas não são mercadorias, como a consciência, a honra etc., podem ser compradas de seus possuidores com dinheiro e, mediante seu preço, assumir a forma-mercadoria, de modo que uma coisa pode formalmente ter um preço mesmo sem ter valor. A expressão do preço se torna aqui imaginária tal como certas grandezas da matemática. Por outro lado, também a forma-preço imaginária – como o preço do solo não cultivado, que não tem valor por-

que nele nenhum trabalho humano está objetivado – abriga uma relação efetiva de valor ou uma relação dela derivada. (177)

Se podemos colocar uma etiqueta de preço numa coisa, então, em princípio, podemos colocá-la em qualquer coisa, inclusive na consciência e na honra, para não falar de crianças e de partes do nosso corpo. Podemos colocá-la num recurso natural, na visão de uma queda-d'água; podemos colocá-la na terra e especular com suas variações de preço. O sistema de preços pode operar em todas essas dimensões e produzir incongruências tanto qualitativas como quantitativas. Isso coloca a seguinte questão: se os preços podem ser colocados em qualquer coisa, independentemente de seu valor, e se podem flutuar quantitativamente por toda parte, também independentemente de seu valor, então por que Marx se fixa tanto na teoria do valor-trabalho? Não teriam razão os economistas políticos convencionais – mesmo hoje em dia – ao afirmar que tudo o que podemos observar e tudo o que pode ter um significado real está contido no conceito de preço, e, por conseguinte, a teoria do valor-trabalho é irrelevante?

Marx não defende sua escolha; não precisava defendê-la, porque a teoria do valor-trabalho era amplamente aceita pelos ricardianos da época. Mas, hoje, a teoria do valor-trabalho é largamente questionada ou abandonada, mesmo por alguns economistas marxistas, por isso temos de fornecer algum tipo de resposta. Marx, penso eu, recorrerá ao conceito de base material: se tentássemos todos viver do espetáculo das quedas-d'água ou do comércio de consciência ou honra, não sobreviveríamos. A produção real, a transformação real da natureza por meio de processos laborais, é crucial para nossa existência, e é esse trabalho material que forma a base para a produção e a reprodução da vida humana. Não podemos nos vestir de consciência e honra (lembre-se da fábula da roupa nova do rei), tampouco do espetáculo de uma queda-d'água; as roupas não chegam até nós desse modo, mas por meio dos processos de trabalho humano e da troca de mercadorias. Mesmo numa cidade como Washington, que parece ser o palco de um enorme comércio de consciências e honras, a questão de quem produziu nosso café da manhã, assim como os aparelhos eletrônicos, o papel, os automóveis, as casas e as estradas que sustentam nossa vida diária, está sempre presente. Fazer de conta que tudo isso é dado magicamente pelo mercado, facilitado pela mágica do dinheiro que se encontra em nosso bolso, é sucumbir totalmente ao fetichismo da mercadoria. Para romper com o fetichismo, necessitamos do conceito de valor como tempo de trabalho socialmente necessário.

Se Marx estava certo ou errado em tomar essa posição, cabe a você decidir. Mas, para entender *O capital* nos próprios termos de Marx, você terá de aceitar um argumento desse tipo ao longo destas linhas, ao menos até chegar ao fim do livro.

Também é importante reconhecer que Marx professa algo de extrema importância: o sistema de preços é, na verdade, uma aparência superficial que possui sua própria realidade objetiva (ele é de fato “tal como parece ser”), assim como uma função vital – a regulação das flutuações de oferta e demanda, que convergem num equilíbrio de preços –, e que esse sistema, em seus próprios termos, pode facilmente sair do controle. Como veremos ainda nesse capítulo, as incongruências quantitativas e qualitativas têm sérias consequências para o funcionamento do sistema de mercado e das formas dinheiro. (Elas podem gerar não só a possibilidade, mas também a inevitabilidade de crises financeiras e monetárias!)

Mas o pressuposto de Marx – do qual teremos de compartilhar, se quisermos compreender seu pensamento – é que o valor, como tempo de trabalho socialmente necessário, está no centro de tudo. Se assumirmos que os valores são fixos (apesar de as constantes mudanças na tecnologia e nas relações sociais e naturais mostrarem exatamente o contrário), veremos preços flutuarem ao redor dos preços “naturais”, que consistem no equilíbrio entre a oferta e a demanda. Esse equilíbrio do preço é uma mera aparência, uma representação do tempo de trabalho socialmente necessário que gera o valor cristalizado em dinheiro. E é ao redor *desse* valor que os preços de mercado efetivamente flutuam (176). Os preços de mercado se desviam de seus valores de maneira constante e necessária; se não o fizessem, não haveria como equilibrar o mercado. Quanto às incongruências qualitativas, algumas (como a especulação com o valor e a renda da terra) têm um papel material importante (que só será examinado no Livro III) nos processos de urbanização e na produção de espaço. Mas essa é uma questão que não podemos considerar aqui.

ITEM 2: O MEIO DE CIRCULAÇÃO

Estudar os parágrafos introdutórios de Marx é muito útil, porque costumam indicar o argumento ou tema geral que devemos ter em vista. Ele nos lembra aqui que “vimos que o processo de troca das mercadorias inclui relações contraditórias e mutuamente excludentes” (178). A que ele se refere? Vamos voltar ao item sobre as formas relativa e equivalente de valor. Lá, ele identificou três peculiaridades da mercadoria-dinheiro. A primeira é que “o valor de uso se torna a forma de manifestação de seu contrário, o valor”; a segunda, o “trabalho concreto se torna [...] expressão do trabalho humano abstrato”; e a terceira, “esse trabalho concreto [...], embora seja trabalho privado como todos os outros, trabalho que produz mercadorias, [...] é trabalho em forma imediatamente social” (132-5).

O ouro é uma mercadoria particular, produzida e apropriada por pessoas privadas, dotada de um valor de uso particular contido todas essas particularidades estão de algum modo ocultas no interior do equivalente universal da mercadoria-dinheiro.

“O desenvolvimento da mercadoria não elimina essas contradições”, observa Marx, “porém cria a forma em que elas podem se mover.” Aqui há algumas pistas – preste atenção em especial à frase “a forma em que elas [as contradições] podem se mover” – acerca da natureza do método dialético de Marx. Diz ele:

Esse é, em geral, o método com que se solucionam contradições reais. É, por exemplo, uma contradição o fato de que um corpo seja atraído por outro e, ao mesmo tempo, afaste-se dele constantemente. A eclipse é uma das formas de movimento em que essa contradição *tanto se realiza como se resolve*. (178, grifo meu)

Anteriormente, descrevi a dialética como uma forma de lógica expansionista. Algumas pessoas gostam de pensar que a dialética diz respeito exclusivamente a tese, antítese e síntese, mas o que Marx diz aqui é que não existe síntese. O que existe é apenas a internalização da contradição e sua acomodação num grau mais elevado. As contradições nunca são definitivamente resolvidas; podem ser apenas repetidas num sistema de movimento perpétuo (como a eclipse) ou em escala cada vez maior. No entanto, há momentos aparentes de resolução, por exemplo quando a forma-dinheiro se cristaliza na troca para resolver o problema da circulação eficiente das mercadorias. Isso significa que podemos respirar aliviados, dar graças a Deus por termos o dinheiro, que é uma boa síntese, e não pensar mais no assunto? Não, diz Marx, temos de analisar as contradições que a forma-dinheiro interioriza – contradições que se tornam problemáticas numa escala maior. Há, por assim dizer, uma expansão perpétua das contradições.

Por essa razão, fico irritado com pessoas que descrevem a dialética de Marx como um método fechado de análise. Ela não é finita; ao contrário, está sempre em expansão, e aqui ele mostra precisamente como isso ocorre. Precisamos apenas rever a experiência que tivemos ao ler *O capital*: o movimento de sua argumentação é uma constante remodelação, recontextualização e expansão do campo das contradições. Isso explica por que Marx se repete tanto. Cada passo adiante exige que ele retorne a uma contradição anterior para explicar a origem da próxima. Refletir sobre as passagens introdutórias ajuda a esclarecer o sentido do pensamento de Marx, porque elas dão uma ideia melhor sobre aquilo que ele está tentando fazer em cada item à medida que seus argumentos se desdobram.

Podemos ver esse processo em funcionamento no segundo item do capítulo sobre o dinheiro, no qual Marx examina o que chama de “metabolismo social” e “metamorfose das mercadorias” por meio da troca. A troca, como vimos, produz uma “duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro”. Estes, quando em ação, movem-se em direções opostas a cada troca de mãos. Enquanto o movimento de um (a troca de dinheiro) facilita o da outra (o movimento das mercadorias), ocorre

um fluxo oposto, que cria a possibilidade para o surgimento de “formas antiéticas” (178-9). Isso abre o caminho para a análise da metamorfose das mercadorias.

A troca é uma transação em que o valor sofre uma mudança de forma. Marx chama essa cadeia de movimentos – mercadoria em dinheiro, dinheiro em mercadoria – de relação “M-D-M”. (O movimento “M-D-M” é diferente do movimento “M-M”, mercadoria por mercadoria, ou escambo; agora, todas as trocas são mediadas pelo dinheiro.) Trata-se de uma dupla metamorfose do valor: de M em D e de D em M (179-80).

Superficialmente, essas formas do valor parecem imagens refletidas num espelho, portanto equivalentes em princípio; mas, na verdade, elas são assimétricas. O lado M-D da troca, a venda, implica a mudança de forma de uma mercadoria particular em seu equivalente universal, a mercadoria-dinheiro. Trata-se de um movimento do particular para o universal. Para vender uma mercadoria particular, você tem de encontrar no mercado alguém que a queira. O que acontece se você vai ao mercado e ninguém quer a sua mercadoria? Isso leva a uma série de questões sobre como a necessidade – e a produção de necessidades pela propaganda, por exemplo – influencia o processo de troca:

Talvez a mercadoria seja o produto de um novo modo de trabalho, que se destina à satisfação de uma necessidade recém-inaugurada ou pretende ela própria engendrar uma nova necessidade [...]. O produto satisfaz hoje uma necessidade social. Amanhã é possível que ele seja total ou parcialmente deslocado por outro tipo de produto semelhante. (180)

Assim, a transformação de M em D é complicada, em grande parte, pelas condições de oferta e demanda existentes no mercado num momento particular:

Como se pode ver, a mercadoria ama o dinheiro, mas “*the course of true love never does run smooth*” [em tempo algum teve um tranquilo curso o verdadeiro amor]*. Tão naturalmente contingente quanto o qualitativo é o quantitativo do organismo social de produção, que apresenta seus *membra disjecta* [membros amputados] no sistema da divisão do trabalho. (182)

Em outras palavras, a mão invisível do mercado – o caos das trocas mercantis, a incerteza crônica inerente a elas – põe todo tipo de obstáculo à conversão direta da mercadoria em equivalente universal.

* Referência à fala de Lisandro em *Sonho de uma noite de verão*, de Shakespeare, em *Comédias* (trad. Carlos Alberto Nunes, Rio de Janeiro, Agir, 2008), ato 1, cena 1. (N. T.)

M-D-M é um processo singular – uma troca – que pode ser visto de seus dois “polos” (182). O lado D-M da troca, a compra, é a transição do dinheiro para a mercadoria; ele realiza um movimento do universal para o particular. Mas esse não é apenas o outro lado do movimento M-D. Em princípio, trocar dinheiro por uma mercadoria é muito mais fácil: você vai ao mercado com dinheiro no bolso e compra tudo o que quiser. É claro que compradores potenciais podem eventualmente se frustrar, não encontrando o que desejam; mas, nesse caso, graças à equivalência universal da mercadoria-dinheiro, eles sempre podem comprar outra coisa qualquer.

No processo de troca, portanto, o valor se move de um estado (o da mercadoria) para outro (o do dinheiro), e vice-versa. Visto em seu conjunto, esse processo

consiste em dois movimentos antitéticos e mutuamente complementares, M-D e D-M. Essas duas mutações antitéticas da mercadoria se realizam em dois processos sociais antitéticos do possuidor de mercadorias e se refletem em dois caracteres econômicos antitéticos desse possuidor [...]. Como a mesma mercadoria percorre sucessivamente as duas mutações inversas, [...] assim o mesmo possuidor de mercadorias desempenha alternadamente os papéis de vendedor e comprador. (184-5)

A ênfase de Marx nas antíteses sinaliza uma contradição potencial, mas não entre compradores e vendedores, porque estes “não são fixos, mas, antes, personagens constantemente desempenhados por pessoas alternadas no interior da circulação de mercadorias”. A contradição tem de estar na metamorfose das mercadorias tomadas em conjunto, isto é, na circulação das mercadorias em geral, uma vez que “a própria mercadoria é aqui determinada de maneira antitética”: é ao mesmo tempo um não valor de uso para o proprietário e, como objeto de compra, um valor de uso para o comprador (185).

Esse processo – a circulação de mercadorias – é cada vez mais mediado pelo dinheiro. Note, mais uma vez, como a expansão das relações de troca é importante para o argumento de Marx:

Vemos, por um lado, como a troca de mercadorias rompe as barreiras individuais e locais da troca direta de produtos e desenvolve o metabolismo do trabalho humano. Por outro, desenvolve-se um círculo completo de conexões que, embora sociais, impõem como naturais, não podendo ser controladas por seus agentes. (186)

Portanto, onde está a contradição no processo de circulação de mercadorias? Ao contrário de uma mercadoria comprada, que, sendo um valor de uso para o consumidor, pode “sair de circulação”, o dinheiro não desaparece. Ele continua a se

movimentar, e de tal modo que “a circulação transpira dinheiro por todos os poros” (186). Com isso, Marx lança um ataque violento e definitivo à chamada lei de Say, que tinha um poder extraordinário na economia política clássica e ainda hoje é uma crença inabalável entre os economistas monetaristas¹. O economista francês J. B. Say afirmava que não pode ocorrer uma crise geral de superprodução no capitalismo, porque toda venda é uma compra, e toda compra é uma venda. Segundo essa lógica, há sempre algum tipo de equilíbrio entre compras e vendas no mercado: mesmo que haja uma superprodução de sapatos em relação a camisas, ou de laranjas em relação a maçãs, uma superprodução generalizada na sociedade é impossível, porque há equivalência absoluta entre compras e vendas.

Marx faz a seguinte objeção:

Nada pode ser mais tolo do que o dogma de que a circulação de mercadorias provoca um equilíbrio necessário de vendas e compras, uma vez que cada venda é uma compra, e vice-versa. Se isso significa que o número das vendas efetivamente realizadas é o mesmo das compras, trata-se de pura tautologia [...]. Ninguém pode vender sem que outro compre. Mas ninguém precisa comprar apenas pelo fato de ele mesmo ter vendido [...]. Dizer que esses dois processos independentes e antitéticos [isto é, M-D e M-D] formam uma unidade interna significa dizer que sua unidade interna se expressa em antíteses externas. Se, completando-se os dois polos um ao outro, a autonomização externa [...] avança até certo ponto, a unidade se afirma violentamente por meio de uma crise. A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor na forma do trabalho privado que ao mesmo tempo tem de se expressar como trabalho imediatamente social, na forma do trabalho particular e concreto que ao mesmo tempo é tomado apenas como trabalho geral abstrato, da personificação das coisas e coisificação das pessoas – essa contradição imanente adquire nas antíteses da metamorfose da mercadoria suas formas desenvolvidas de movimento. Por isso, tais formas implicam a possibilidade de crises, mas não mais que sua possibilidade. (186-7)

Lamento dizer que, para desenvolver plenamente essa possibilidade de crise, você terá de ler os livros II e III, além dos três volumes de *Teorias do mais-valor*, porque, como diz Marx, precisamos saber muito antes de poder explicar em detalhes de onde surgem as crises. Para o nosso objetivo, no entanto, é importante notar que a “transformação de coisas em pessoas e de pessoas em coisas” faz eco ao argumento apresentado no primeiro capítulo sobre o fetichismo.

¹ Ver a sofisticada defesa dessa lei que o economista conservador Thomas Sowell faz em *Says Law: An Historical Analysis* (Princeton, Princeton University Press, 1972).

No centro da objeção de Marx a Say encontramos o seguinte argumento: começo com M, passo para D, mas não há nada que me obrigue a gastar imediatamente o dinheiro em outra mercadoria. Se eu quisesse, poderia simplesmente guardar o dinheiro; poderia fazer isso, por exemplo, se não confiasse na economia ou estivesse inseguro quanto ao futuro e quisesse poupar. (O que você preferiria ter à mão em tempos difíceis: uma mercadoria particular ou o equivalente universal?) Mas o que aconteceria com a circulação de mercadorias em geral se todo mundo decidisse de repente guardar seu dinheiro? A compra e a circulação de mercadorias cessariam, o que levaria a uma crise generalizada. Se no mundo inteiro as pessoas decidissem não usar seus cartões de crédito durante três dias, a economia global correria um sério perigo. (Lembre como, após o 11 de Setembro, os norte-americanos foram estimulados a sacar seus cartões de crédito e voltar às compras.) Essa é a razão de tanto esforço para tirar dinheiro do nosso bolso e mantê-lo circulando.

Na época de Marx, a maioria dos economistas, inclusive Ricardo, aceitavam a lei de Say (187-8, nota 73). E foi em parte por influência dos ricardianos que essa lei dominou o pensamento econômico durante todo o século XIX e se estendeu até os anos 1930, quando houve uma crise mundial. Seguiu-se então um coro de economistas (como até hoje é típico) que dizia coisas como: "Não teria havido crise se a economia tivesse se comportado de acordo com meu manual!". A teoria econômica dominante, que negava a possibilidade de crises generalizadas, tornou-se indefensável depois da Grande Depressão.

Em 1936, John Maynard Keynes publicou *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*^{*}, em que abandona de vez a lei de Say. Em *Essays in Biography* [Ensaio em biografia], de 1933, Keynes reexaminou a história da lei de Say e o que via como suas consequências lamentáveis para a teoria econômica. Ele dá grande importância ao que chama de armadilha da liquidez, pela qual, quando há um tumulto no mercado, aqueles que têm dinheiro ficam nervosos e decidam poupá-lo, ao invés de investi-lo ou gastá-lo, o que provoca uma queda na demanda de mercadorias. De uma hora para a outra, as pessoas não conseguem mais vender suas mercadorias. A incerteza cria cada vez mais perturbações no mercado, e mais pessoas passam a poupar seu dinheiro, fonte de sua segurança. Consequentemente, a economia inteira inicia uma espiral descendente. Keynes defendia que, nesses casos, o governo deveria entrar em cena e reverter o processo por meio da criação de estímulos fiscais. Isso atrairia o dinheiro acumulado de volta para o mercado.

Como vimos, Marx também considera a lei de Say um dogma tolo n' *O capital*, e desde os anos 1930 há um debate sobre a relação entre as teorias econômicas

marxianas e keynesianas. Marx está claramente do lado daqueles economistas políticos que defendem a possibilidade de crises gerais – na literatura da época, esses economistas eram chamados de teóricos da "superprodução geral" [*general glut*] e eram relativamente poucos. Um deles era o francês Simondi; outro era Thomas Malthus (célebre por sua teoria da população), o que de certa forma foi uma infelicidade, porque Marx não tolerava Malthus, como veremos mais adiante.

Keynes, por outro lado, louva desmesuradamente Malthus em *Essays in Biography*, mas cita muito pouco Marx – talvez por razões políticas. Na verdade, Keynes dizia nunca ter lido Marx. Suspeito que ele o tenha lido, mas, mesmo que não o tenha, estava cercado de pessoas que haviam lido Marx, como a economista Joan Robinson, e certamente informaram Keynes de que ele rejeitava a lei de Say. A teoria keynesiana dominou o pensamento econômico no período pós-guerra; seguiu-se então a revolução anti-keynesiana do fim dos anos 1970. A teoria monetarista e neoliberal, ainda hoje predominante, tende muito mais a aceitar a lei de Say. A questão do status próprio da lei de Say é interessante como objeto de investigação posterior, mas, para os nossos propósitos, o que importa é a rejeição enfática dessa lei por Marx.

O passo seguinte na argumentação de Marx é a análise da circulação do dinheiro. Não dedicarei muito tempo aos detalhes dessa questão, pois o que Marx faz é basicamente revisar a literatura monetarista da época. A questão que ele coloca aqui é: quanto dinheiro é preciso para fazer circular uma dada quantidade de mercadorias? Ele aceita uma versão daquilo que era chamado de "teoria quantitativa da moeda", similar à teoria monetária de Ricardo. Após várias páginas de discussão minuciosa, ele chega a uma suposta lei: a quantidade do meio circulante é "determinada pela soma dos preços das mercadorias em circulação e pela velocidade média do curso do dinheiro" (196). (A velocidade da circulação do dinheiro é simplesmente uma medida da taxa com que a moeda circula, por exemplo: quantas vezes num dia uma nota de dólar troca de mãos.) Antes, no entanto, ele diz que "os três fatores: o movimento dos preços, a quantidade de mercadorias em circulação e, por fim, a velocidade do curso do dinheiro podem variar em diferentes sentidos e diferentes proporções" (195). Portanto, a quantidade necessária de dinheiro varia consideravelmente, dependendo do comportamento dessas três variáveis. Quando se descobre uma maneira de acelerar a circulação, a velocidade do dinheiro também aumenta, como ocorre, por exemplo, com o uso de cartões de crédito e bancos eletrônicos: quanto maior a velocidade do dinheiro, menos dinheiro é necessário, e vice-versa. Não há dúvida de que o conceito da velocidade do dinheiro é importante, e ainda hoje o Federal Reserve tenta conseguir medidas o mais precisas possível.

Considerações sobre a teoria quantitativa da moeda levam Marx de volta ao argumento citado no início deste capítulo – o de que, para a circulação de merca-

* São Paulo, Nova Cultural, 1996. (N. E.)

dorias, pequenos grãos de ouro são ineficientes. É muito mais eficiente usar objetos simbólicos, moedas, papel ou, como acontece hoje em dia, números numa tela de computador. Mas “a cunhagem de moedas”, diz Marx, “assim como a determinação do padrão dos preços, [...] é tarefa que cabe ao Estado” (198). Portanto, o Estado desempenha um papel vital na substituição de mercadorias-dinheiro de metal por formas simbólicas. Marx ilustra isso com uma imagem brilhante: “Nos diferentes uniformes nacionais que o ouro e a prata vestem, mas dos quais voltam a se despojar no mercado mundial, manifesta-se a separação entre as esferas internas ou nacionais da circulação das mercadorias e a esfera universal do mercado mundial” (198). A importância do mercado e do dinheiro mundial é reafirmada no fim desse capítulo.

Localmente, a busca por formas eficientes de dinheiro é primordial. “A moeda divisionária é introduzida, paralelamente ao ouro, para o pagamento de frações da moeda de ouro de menor valor”, o que leva então ao “papel-moeda emitido pelo Estado e de circulação compulsória” (200). O surgimento de símbolos do dinheiro traz muitas outras possibilidades e problemas: “O papel-moeda é signo do ouro ou signo de dinheiro. Sua relação com os valores das mercadorias consiste apenas em que estes estão idealmente expressos nas mesmas quantidades de ouro simbólica e sensivelmente representadas pelo papel” (202).

Marx observa também “que, assim como o dinheiro de papel surge da função do dinheiro como meio de circulação, também o dinheiro creditício possui suas raízes naturais-espontâneas na função do dinheiro como meio de pagamento” (200). A mercadoria-dinheiro, o ouro, é substituída por todo tipo de meio de pagamento, como moedas, cédulas de papel e crédito. Isso ocorre porque o ouro, medido por peso, é ineficiente como meio de circulação. É “socialmente necessário” abandonar o ouro como peso e operar com essas outras formas simbólicas de dinheiro.

Esse é um argumento lógico, histórico ou ambos? Não há dúvida de que a história das diferentes formas de dinheiro e a história do poder estatal estão intimamente entrelaçadas. Mas as coisas têm de ser assim, isto é, existe um padrão inevitável para essas relações? Até o início dos anos 1970, a maioria dos papéis-moeda era supostamente conversível em ouro. Era isso que lhes dava sua pretensa estabilidade, ou, como diria Marx, sua “relacionalidade” com o valor. No entanto, dos anos 1920 em diante, a conversão de dinheiro em ouro foi proibida a pessoas privadas em muitos países e reservada sobretudo para as trocas entre países para equilibrar a balança financeira. O sistema desmoronou no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, e hoje temos um sistema puramente simbólico, sem nenhuma base material clara – uma mercadoria-dinheiro universal.

Que relação existe hoje entre os vários papéis-moedas (por exemplo, dólares, euros, pesos, ienes) e o valor das mercadorias? Embora ainda tenha um papel inte-

ressante, o ouro não funciona mais como base para a representação do valor. A relação entre as moedas e o tempo de trabalho socialmente necessário, que já é problemática mesmo no caso do ouro, tornou-se ainda mais remota e alusiva. Mas dizer que ela é oculta, remota e alusiva não significa que ela exista. As turbulências nos mercados financeiros internacionais têm a ver com as diferenças de produtividade material nas diferentes economias nacionais. A relação problemática entre as formas-dinheiro e os valores-mercadoria existentes que Marx ressalta persiste até hoje, e está muito mais aberta à linha de análise que ele inaugurou, ainda que sua forma atual de manifestação seja muito diferente.

ITEM 3: DINHEIRO

Marx examinou o dinheiro como uma medida de valor e revelou algumas de suas contradições, particularmente no que diz respeito a suas funções “ideais” como o preço e as consequentes “incongruências” na relação entre preços e valores. Observando o dinheiro do ponto de vista da circulação, ele revelou outro conjunto de contradições (inclusive a possibilidade de crises generalizadas). Agora – o que é típico de Marx – ele retoma o assunto e diz: no fim das contas, há apenas um dinheiro. Isso significa que, de certo modo, as contradições entre o dinheiro como uma medida de valor e o dinheiro como um meio de circulação precisam de “espaço para se mover”, ou talvez tenham mesmo de ser resolvidas.

Ele começa reiterando a ideia fundamental do dinheiro como “a mercadoria que funciona como medida de valor e, desse modo, também como meio de circulação, seja em seu próprio corpo ou por meio de um representante” (203). Voltamos assim ao conceito unitário, mas agora temos de examinar como as contradições anteriormente identificadas podem operar em seu interior. O fim do vínculo entre o valor e sua expressão dá espaço para manobra, mas à custa do contato com uma base monetária real e sólida. Nesse ponto, Marx penetra profundamente nas contradições que caracterizam essa forma evoluída do sistema monetário. Ele começa considerando o fenômeno do entesouramento:

Com o primeiro desenvolvimento da circulação das mercadorias, desenvolve-se também a necessidade e a paixão de reter o produto da primeira metamorfose, a figura transformada da mercadoria ou sua crisálida de ouro. A mercadoria é vendida não para comprar mercadoria, mas para substituir a forma-mercadoria pela forma-dinheiro. De simples meio do metabolismo, essa mudança de forma converte-se em fim de si mesma [...]. Com isso, o dinheiro se petrifica em tesouro e o vendedor de mercadorias se torna um entesourador. (144)

(Essa passagem prenuncia outro tipo de processo de circulação, no qual, como veremos, M-D-M é visto como D-M-D, e a obtenção de dinheiro se torna um fim em si mesmo.)

Mas por que as pessoas fariam isso? Marx oferece uma resposta dupla e muito interessante. De um lado, temos o desejo apaixonado pelo poder do dinheiro, mas, de outro, temos a necessidade social. Por que o entesouramento é socialmente necessário para a troca de mercadorias? Marx invoca aqui o problema da coordenação da venda e da compra de mercadorias que consomem tempos diferentes para ser produzidas e levadas ao mercado. Um agricultor produz numa base anual, mas compra numa base diária; portanto, ele precisa acumular reservas entre uma colheita e outra. Qualquer pessoa que queira comprar um artigo de grande monta (como uma casa ou um carro) precisa antes entesourar dinheiro – a menos que tenha acesso ao sistema de crédito. “Desse modo, em todos os pontos do intercâmbio surgem tesouros de ouro e prata, dos mais variados tamanhos” (205).

Mas a capacidade de entesourar os meios de troca (num desafio à lei de Say) também vem de uma paixão, a “avidez por ouro”. “O impulso para o entesouramento”, diz Marx, “é desmedido por natureza”. Como atesta Cristóvão Colombo: “O ouro é uma coisa maravilhosa! Quem o possui é senhor de tudo o que deseja. Com o ouro pode-se até mesmo conduzir as almas ao paraíso” (205). Ao citar Colombo, Marx retorna à ideia de que, se você pode colocar uma etiqueta de preço numa coisa, pode colocá-la em qualquer coisa – até mesmo na alma de uma pessoa, como sugere a alusão à infame venda de indulgências (isto é, de perdões papais que prometiam a entrada no Céu) praticada pela Igreja Católica na Idade Média: “A circulação se torna a grande retorta social, na qual tudo é lançado para dela sair como cristal de dinheiro. A essa alquimia não escapam nem mesmo os ossos dos santos [...]” (205).

A venda de indulgências é considerada em geral uma das primeiras grandes ondas da mercantilização capitalista. Certamente lançou as bases para toda aquela riqueza entesourada no Vaticano. E fala-se de mercantilização da consciência e da honra!

Não há nada que não seja mensurável em dinheiro; na circulação de mercadorias, ele “apaga, como um *leveller* radical, todas as diferenças” (205). Essa ideia do dinheiro como um *leveller* radial é muito importante. Indica certa democracia, um igualitarismo do dinheiro: um dólar no meu bolso tem o mesmo valor de um dólar no seu bolso. Tendo dinheiro suficiente, podemos comprar nosso lugar no céu, pouco importando os pecados que tenhamos cometido!

Mas o dinheiro também “é, ele próprio, uma mercadoria, uma coisa externa, que pode se tornar a propriedade privada de qualquer um. Assim, a potência social torna-se potência privada da pessoa privada” (205). Esse é um passo vital na argumentação de Marx. Note como ele faz eco à terceira “peculiaridade” da forma-dinheiro revelada

no item sobre os valores relativo e equivalente – isto é, a tendência do dinheiro de tornar o trabalho privado um meio de expressão para o trabalho social. Com esse passo, no entanto, Marx inverte aquela formulação inicial da relação lógica entre dinheiro e trabalho. Lá, o problema era que as atividades privadas estavam envolvidas na produção do equivalente universal. Agora, ele descreve como pessoas privadas podem se apropriar do equivalente universal para suas próprias finalidades privadas – e começamos a vislumbrar a possibilidade de concentração de poder privado e, eventualmente, de poder de classe em forma monetária.

Isso nem sempre transcorreu bem. “A sociedade antiga o denuncia [o dinheiro] [...] como a moeda da discórdia de sua ordem econômica e moral” (206). Esse é um tema longamente explorado por Marx nos *Grundrisse*, em que descreve como o dinheiro destruiu a comunidade antiga, tornando-se ele mesmo a comunidade, a comunidade do dinheiro*. Esse mundo é o mesmo em que vivemos hoje. Podemos fantasiar que pertencemos a esta ou aquela comunidade cultural, mas, na prática, diz Marx, nossa comunidade primária é dada pela comunidade do dinheiro – o sistema de circulação universal que põe nosso café da manhã na mesa –, gostemos disso ou não: “a sociedade moderna, que já na sua infância arrancou Plutão das entranhas da terra pelos cabelos, saúda no Graal de ouro a encarnação resplandecente de ser princípio vital que lhe é mais próprio” (206).

O poder social que o dinheiro proporciona não tem limite. Mas por mais desenfreado que seja o impulso de entesouramento, há uma limitação quantitativa ao entesourador: a quantidade de dinheiro que ele possui num dado momento. “Tal contradição entre a *limitação quantitativa* e a *ilimitação qualitativa* do dinheiro empurra constantemente o entesourador de volta ao trabalho de Sísifo da acumulação” (206, grifos meus). Essa é a primeira menção à acumulação n’*O capital*, e é importante observar que Marx chega a ela revelando a contradição inerente ao ato de entesouramento de dinheiro.

As potencialidades ilimitadas da acumulação monetária são um objeto fascinante de reflexão. Há um limite físico à acumulação de valores de uso. Dizem que Imelda Marcos possuía cerca de 2 mil pares de sapatos, mas essa enorme quantidade de sapatos continua sendo um montante finito. Quantas Ferraris ou “McMansions” você pode ter? Com o poder do dinheiro, o céu é o limite. Não importa quanto dinheiro ganhe, todo diretor executivo ou bilionário quer e pode ganhar mais. Em 2005, os principais gerentes de fundos de investimento dos Estados Unidos receberam cerca de 250 milhões de dólares como remuneração pessoal, mas em 2008 vários deles, inclusive George Soros, ganharam cerca de 3 bilhões de dólares.

* Karl Marx, *Grundrisse*, cit., p. 166. (N. E.)

A acumulação de dinheiro como poder social ilimitado é um traço essencial do modo de produção capitalista. Quando as pessoas procuram acumular esse poder social, começam a se comportar de forma diferente. Uma vez que o equivalente universal se torna uma representação de todo o tempo de trabalho socialmente necessário, as possibilidades de uma acumulação progressiva são ilimitadas.

As consequências são inúmeras. O modo de produção capitalista é essencialmente baseado na acumulação infinita e no crescimento ilimitado. Outras formações sociais, em algum ponto histórico ou geográfico, chegam a um limite e, quando isso acontece, desmoronam. Mas a experiência do capitalismo, com algumas fases óbvias de interrupção, caracteriza-se por um crescimento constante e aparentemente ilimitado. As curvas de crescimento que ilustram a história do capitalismo em termos de produto, riqueza e dinheiro em circulação são impressionantes (assim como as consequências sociais, políticas e ambientais radicais que implicam). Essa síndrome de crescimento não seria possível se não fosse o modo aparentemente ilimitado de acumulação da representação de valor em mãos privadas. Nada disso é explicitamente mencionado n' *O capital*, mas pode nos ajudar a estabelecer uma ligação importante. Marx está construindo seu argumento sobre a contradição entre a potencialidade ilimitada da acumulação de dinheiro-poder e as possibilidades limitadas da acumulação de valor de uso. Isso, como veremos, prenuncia sua explanação sobre a natureza dinâmica e expansionista do crescimento daquilo que hoje chamamos de capitalismo "globalizado".

Nesse ponto, no entanto, ele simplesmente assume o ponto de vista do entesourador, para quem a acumulação ilimitada de poder social na forma de dinheiro é um incentivo significativo (deixando de lado o incentivo secundário representado pelo valor estético agregado aos belos objetos de ouro e prata). Marx observa que o entesouramento tem uma função potencialmente útil em relação à contradição entre o dinheiro como medida de valor e como meio de circulação. O dinheiro entesourado constitui uma reserva que pode ser posta em circulação, se houver um súbito aumento na produção de mercadorias, e pode ser retida, se a quantidade de dinheiro necessária para a circulação diminuir (por exemplo, em virtude de um aumento de velocidade). Desse modo, a formação de um tesouro torna-se crucial para regular "as altas e baixas" do dinheiro em circulação (207).

A extensão com que um tesouro pode exercer essa função depende, no entanto, de que seja usado de maneira apropriada. Como o dinheiro entesourado deve ser colocado novamente em circulação, quando necessário? Aumentar o preço relativo do ouro e da prata, por exemplo, poderia induzir as pessoas a gastar com mercadorias que se tornaram relativamente mais baratas. A ideia é que "as reservas servem, ao mesmo tempo, como canais de afluxo e refluxo do dinheiro em circulação, o qual, assim regulado, jamais extravasa seus canais de circulação" (207).

Marx analisa então as implicações do dinheiro que é usado como meio de pagamento. Mais uma vez, o problema básico tratado aqui surge de temporalidades cruzadas de diferentes tipos de produção de mercadorias. Um agricultor produz uma safra que pode ser posta no mercado em setembro. Como os agricultores vivem durante o resto do ano? Eles precisam de dinheiro continuamente, mas ganham todo o seu dinheiro de uma vez só, uma vez por ano. Uma solução, em vez do entesouramento, é usar o dinheiro como meio de pagamento. Isso cria um hiato temporal entre a troca de mercadorias e as trocas monetárias: é preciso estabelecer uma data futura de liquidação. (A Festa de São Miguel Arcanjo tornou-se uma data tradicional de acerto de contas na Grã-Bretanha, representando o ciclo agrícola no país*.) As mercadorias circulam "fiado". O dinheiro se converte em moeda contábil, lançada em livro comercial. Como nenhum dinheiro é movimentado até a data de liquidação, menos dinheiro agregado é necessário para fazer circular as mercadorias, o que ajuda a resolver a tensão entre o dinheiro como medida de valor e como meio de circulação (208).

O resultado é um novo tipo de relação social – aquele entre devedores e credores –, que dá origem a uma espécie diferente de transação econômica e a uma dinâmica social diferente. "O vendedor se torna credor, e o comprador, devedor. Como aqui se altera a metamorfose da mercadoria ou o desenvolvimento de sua forma-valor, também o dinheiro recebe outra função. Torna-se meio de pagamento" (208).

Mas note que "o papel de credor ou devedor resulta, aqui, da circulação simples de mercadorias", mas é possível também que esse papel se origine da passagem de formas ocasionais, transitórias, para uma oposição "susceptível de uma maior cristalização" – pelo que Marx entende uma relação de classes mais definida. (Ele compara essa dinâmica à luta de classes no mundo antigo e à disputa na Idade Média que terminou "com a derrocada do devedor feudal, que perde seu poder político juntamente com sua base econômica" (209).) Há, portanto, uma relação de poder no interior da relação entre devedor e credor, embora sua natureza ainda tenha de ser determinada.

Qual é então o papel do crédito na circulação geral de mercadorias? Suponha que eu seja um credor e você precise de dinheiro. Eu lhe empresto certa quantia agora com a ideia de recebê-la de volta depois. A forma da circulação é D-M-D, que é muito diferente de M-D-M. Por que eu colocaria dinheiro em circulação para ter de volta a mesma quantia de dinheiro? Não há nenhuma vantagem para mim nessa forma de circulação, a não ser que eu receba de volta mais dinheiro do que emprestei. (Talvez já esteja claro aonde leva essa análise.)

* A Festa de São Miguel Arcanjo (*Michaelmas*) é celebrada no dia 29 de setembro. Por ser próxima do equinócio, é tradicionalmente associada ao começo do outono no hemisfério norte. (N. T.)

Segue-se uma passagem crucial, cuja importância pode facilmente passar despercebida, em parte porque Marx a apresenta numa linguagem complicada. Cito-a quase toda:

Voltemos à esfera da circulação de mercadorias. Deixou de existir a aparição simultânea dos equivalentes mercadoria e dinheiro nos dois polos do processo da venda. Agora, o dinheiro funciona, primeiramente, como medida de valor na determinação do preço da mercadoria vendida. Seu preço estabelecido por contrato mede a obrigação do comprador, isto é, a soma de dinheiro que ele deve pagar num determinado prazo. Em segundo lugar, funciona como meio ideal de compra. Embora exista apenas na promessa de dinheiro do comprador, ele opera na troca de mãos da mercadoria. É apenas no vencimento do prazo que o meio de pagamento entra efetivamente em circulação, isto é, passa das mãos do comprador para as do vendedor. O meio de circulação converteu-se em tesouro porque o processo de circulação se interrompeu logo após a primeira fase, ou porque a figura transformada da mercadoria foi retirada da circulação. O meio de pagamento entra na circulação, mas depois que a mercadoria já saiu dela. O dinheiro não medeia mais o processo. Ele apenas o conclui de modo independente, como forma de existência absoluta do valor de troca ou mercadoria universal. O vendedor converteu mercadoria em dinheiro a fim de satisfazer uma necessidade por meio do dinheiro; o entesourador, para preservar a mercadoria na forma-dinheiro; o devedor, para poder pagar. Se ele não paga, seus bens são confiscados e vendidos. *A figura de valor da mercadoria, o dinheiro, torna-se, agora, o fim próprio da venda, e isso em virtude de uma necessidade social que deriva do próprio processo de circulação.* (209, grifos meus)

Decodificado, isso significa que é necessário haver uma forma de circulação em que o dinheiro é trocado com a finalidade de conseguir dinheiro: D-M-D. Essa é uma mudança de perspectiva que faz uma enorme diferença. Se o objetivo é conseguir outros valores de uso por meio da produção e da troca de mercadorias, ainda que mediadas pelo dinheiro, estamos lidando com M-D-M. Em contrapartida, D-M-D é uma forma de circulação em que o objetivo é dinheiro, não mercadorias. Para que isso tenha lógica, é preciso que eu consiga de volta mais dinheiro do que aquele que desembolsei. É nesse ponto d'*O capital* que vemos pela primeira vez a circulação de capital cristalizando-se a partir da circulação de mercadorias, mediada pelas contradições da forma-dinheiro. Há uma grande diferença entre a circulação de dinheiro como um mediador da troca de mercadorias e o dinheiro usado como capital. Nem todo dinheiro é capital. Uma sociedade monetizada não é necessariamente uma sociedade capitalista. Se tudo se resolvesse com o processo de circulação M-D-M, o dinheiro seria um simples mediador e nada mais. O capital surge quando o dinheiro é posto em circulação com o intuito de conseguir mais dinheiro.

Vamos fazer uma pausa para refletir um pouco sobre a natureza do argumento de Marx até aqui. Neste ponto, podemos dizer que a expansão da troca de mercadorias conduz necessariamente ao advento da forma-dinheiro e a contradição interna nessa forma-dinheiro conduz necessariamente ao surgimento da forma capitalista de circulação, em que o dinheiro é usado para ganhar mais dinheiro. Esse é, em linhas gerais, o argumento d'*O capital* até o momento.

Temos de decidir, em primeiro lugar, se esse argumento é histórico ou lógico. Se é um argumento histórico, então existe uma teleologia da história em geral e uma história capitalista em particular; o surgimento do capitalismo é um passo inevitável na história humana e resulta das expansões graduais da troca de mercadorias. Podemos encontrar afirmações de Marx que sustentam essa visão teleológica, e o uso frequente que ele faz da palavra "necessário" certamente apoia essa interpretação. De minha parte, não estou convencido disso e, se Marx acreditava de fato nisso, penso que ele estava errado.

Ficamos então com o argumento lógico, que, a meu ver, é muito mais convincente. Ele foca a metodologia aplicada no desenrolar da argumentação: a oposição dialética e relacional entre o valor de uso e o valor de troca incorporados na mercadoria; a exteriorização dessa oposição na forma-dinheiro, como um modo de representar o valor e facilitar a troca de mercadorias; a interiorização dessa contradição pela forma-dinheiro, simultaneamente meio de circulação e medida de valor; e a resolução dessa contradição pela emergência de relações entre devedores e credores no uso do dinheiro como meio de pagamento. Podemos agora entender o dinheiro como o ponto de partida e de chegada de um processo peculiar de circulação chamado capital. A lógica do argumento de Marx revela as relações dialéticas interiorizadas que caracterizam um modo de produção capitalista (entendido como uma totalidade) plenamente desenvolvido, do tipo engendrado (por razões históricas contingentes) a partir do século XVI, em particular na Inglaterra.

É possível, naturalmente, estabelecer um compromisso com o argumento histórico, por meio da simples conversão do termo "necessidade" em "possibilidade", ou mesmo "probabilidade" ou "verossimilhança". Diríamos então que as contradições na forma-dinheiro criaram a possibilidade do surgimento da forma capitalista de circulação, e apontaríamos até mesmo as circunstâncias históricas específicas em que as pressões que emanam dessas contradições podem crescer a ponto de provocar a quebra do capitalismo. Muito do que Marx atribui à "necessidade social" parece indicar isso. Do mesmo modo, poderíamos indicar as intensas barreiras que tiveram de ser desenvolvidas nas sociedades "tradicionais" para impedir a dominação da forma capitalista de circulação e as instabilidades sociais que essas sociedades experimentaram ao ser submetidas a períodos regulares de fome e escassez, seja de mercadorias, seja de fornecimento de ouro ou prata. Em diferentes épocas, diversas

ordens sociais (como a chinesa) padeceram a seu modo dessas contradições, sem cair na dominação do capital. Se a China contemporânea já entrou no campo capitalista ou pode continuar a domar o tigre capitalista é uma questão de grande importância e objeto de muitos debates. Devo, no entanto, concluir com uma série de questões que precisam ser consideradas.

N^o *capital*, Marx passa à análise de questões mais específicas. “A função do dinheiro como meio de pagamento”, observa ele, “traz em si uma contradição direta”:

Na medida em que os pagamentos se compensam, ele funciona apenas idealmente, como moeda da conta ou medida dos valores. Quando se trata de fazer um pagamento efetivo, o dinheiro não se apresenta como meio de circulação, como mera forma evanescente e mediadora do metabolismo, mas como a encarnação individual do trabalho social, existência autônoma do valor de troca, mercadoria absoluta. (210-1)

Quer dizer, quando o dinheiro é posto em circulação para resolver esse desequilíbrio, aqueles que o desembolsam não o fazem por bondade, em resposta às necessidades dos outros ou à demanda do mercado por uma oferta maior de dinheiro. Eles o fazem, ao contrário, de modo proposital, por alguma outra razão, e devemos entender que razão é essa. Mas a “independência” da mercadoria universal e sua separação da circulação cotidiana têm consequências profundas.

Nesse ponto, a argumentação de Marx sofre uma reviravolta surpreendente:

Essa contradição emerge no momento das crises de produção e de comércio, conhecidas como crises monetárias. Ela ocorre apenas onde a cadeia permanente de pagamentos e um sistema artificial de sua compensação encontram-se plenamente desenvolvidos. Ocorrendo perturbações gerais nesse mecanismo, venham elas de onde vierem, o dinheiro abandona repentina e imediatamente sua figura puramente ideal de moeda de conta e converte-se em dinheiro vivo. Ele não pode mais ser substituído por mercadorias profanas. (211)

Em outras palavras, você não pode quitar suas dívidas assinando mais notas promissórias; para pagá-las, você precisa conseguir dinheiro vivo, o equivalente universal. Isso leva à questão social em geral: de onde sairá o dinheiro vivo? Marx continua:

O valor de uso da mercadoria se torna sem valor, e seu valor desaparece diante de sua forma de valor própria. Ainda há pouco, o burguês, com a típica arrogância pseudoescalarizada de uma prosperidade inebriante, declarava o dinheiro como uma loucura vã. Ape-

nas a mercadoria é dinheiro. Mas agora se clama por toda parte no mercado mundial: apenas o dinheiro é mercadoria! Assim como o veado berra por água fresca, também sua alma berra por dinheiro, a única riqueza. Na crise, a oposição entre a mercadoria e sua figura de valor, o dinheiro, é levada até a contradição absoluta. Por isso, a forma de manifestação do dinheiro é aqui indiferente. A fome de dinheiro é a mesma, quer se tenha de pagar em ouro, em dinheiro creditício ou em cédulas bancárias etc. (211)

Em 2005, acreditava-se unanimemente que um imenso excedente de liquidez havia inundado os mercados mundiais. Os banqueiros tinham fundos superabundantes e emprestavam dinheiro para qualquer um, inclusive, como vimos mais tarde, para pessoas sem nenhum histórico de crédito. Comprar uma casa sem ter renda? Claro, por que não? O dinheiro não tem importância, pois mercadorias na forma de imóveis são terreno seguro. Mas os preços das casas pararam de subir e, quando as dívidas tiveram de ser quitadas, cada vez menos pessoas podiam pagá-las. Quando isso acontece, a liquidez desaparece de súbito. Onde está o dinheiro? Repentinamente, o Federal Reserve teve de injetar fundos maciços no sistema bancário, porque “o dinheiro é a única mercadoria”.

Como Marx ironiza em outro lugar, em fases de prosperidade econômica todos agem como protestantes – com base na pura fé. Quando sobrevém a crise, porém, todos buscam refúgio no “catolicismo” da base monetária, no ouro. Mas é nesses momentos que se coloca a questão dos valores reais e da forma-dinheiro confiável. Qual é a relação entre a produção real e o que aconteceu naquelas fábricas de dívidas engarrafadas em Nova York? Essas são as questões que Marx nos apresenta, questões das quais nos esquecemos em épocas de bonança, mas que voltam a nos assombrar nos momentos de crise. O sistema monetário, destacando-se ainda mais do sistema de valor do que quando se baseava no padrão-ouro, abre caminho para as possibilidades mais temerárias, com consequências devastadoras para as relações sociais e naturais.

A súbita escassez do meio de circulação, em certo momento histórico, pode gerar igualmente uma crise. A retirada de crédito de curto prazo do mercado pode quebrar a produção de mercadorias. Um bom exemplo disso ocorreu no leste e no sudoeste da Ásia entre 1997 e 1998. Companhias saudáveis, que produziam mercadorias, contraíram dívidas enormes, mas poderiam ter escapado facilmente da insolvência não fosse uma súbita retirada de liquidez de curto prazo. Os banqueiros fecharam os canais de crédito, a economia quebrou e companhias viáveis foram à falência por falta de acesso aos meios de pagamento. Por fim, foram arrematadas por bancos e capital ocidentais por quase nada. A liquidez foi recuperada, a economia revigorada e as companhias falidas voltaram a ser viáveis. A única diferença é que agora elas pertencem aos bancos e ao pessoal de Wall

Street, que podem vendê-las com enorme lucro. No século XIX, houve várias dessas crises de liquidez e Marx as acompanhou de perto. O ano de 1848 foi palco de uma profunda crise de liquidez. E as pessoas que terminaram aquele ano imensamente mais ricas e poderosas foram – adivinhe quem? – aquelas que controlavam o ouro, isto é, os Rothschilds. Eles levaram os governos à bancarrota simplesmente porque tinham o controle do ouro naquele momento. N' *O capital*, Marx mostra que a possibilidade desse tipo de crise é imanente ao modo como o sistema monetário se move sob o capitalismo (211).

Isso leva Marx a mudar a teoria quantitativa da moeda, insistindo que quanto menor é a demanda de dinheiro, mais os pagamentos se equilibram mutuamente e mais dinheiro se converte em simples meio de pagamento. "Circulam mercadorias cujo equivalente em dinheiro só aparecerá numa data futura." Desse modo, "dinheiro creditício surge diretamente da função do dinheiro como meio de pagamento, quando certificados de dívida relativos às mercadorias vendidas" – o que, em Wall Street, foi institucionalizado como obrigações de dívida colateralizadas [*collateralized debt obligations* – CDOs] – "circulam a fim de transferir essas dívidas para outrem" (212-3).

Por outro lado, quando o sistema de crédito se expande, o mesmo ocorre com a função do dinheiro como meio de pagamento. [...] Quando a produção de mercadorias atingiu certo grau de desenvolvimento, a função do dinheiro como meio de pagamento ultrapassa a esfera da circulação das mercadorias. Ele se torna a mercadoria universal dos contratos. Rendas, impostos etc., deixam de ser fornecimentos *in natura* e se tornam pagamentos em dinheiro. (213-4)

Com isso, Marx antecipa tanto a monetização de tudo quanto a propagação do crédito e do capital financeiro, e de um modo que transformaria radicalmente as relações sociais e econômicas.

A questão fundamental é que "o desenvolvimento do dinheiro como meio de pagamento torna necessária a acumulação de dinheiro para a compensação das dívidas nos prazos de vencimento" (215). Mais uma vez, a acumulação e o entesouramento são equiparados, mas têm funções diferentes: "Assim, se por um lado o progresso da sociedade burguesa faz desaparecer o entesouramento como forma autônoma de enriquecimento, ela o faz crescer, por outro lado, na forma de fundos de reserva de meios de pagamento" (215).

Isso leva Marx a mudar a teoria quantitativa da moeda anteriormente apresentada: a quantidade total de dinheiro requerida em circulação é a soma das mercadorias, multiplicada por seus preços e modificada pela velocidade e pelo desenvolvimento dos meios de pagamento. A isso devemos acrescentar um fundo de reserva (um

tesouro) que permitirá flexibilidade em tempos de fluxo (215). (Nas condições atuais, é evidente que esse fundo de reserva não é privado, mas é prerrogativa de uma instituição pública; nos Estados Unidos, essa instituição é muito apropriadamente designada como Federal Reserve*.)

O tópico C do item 3 trata do dinheiro mundial. Como vimos, para funcionar, qualquer sistema monetário exige uma profunda participação do Estado como regulador de símbolos e moedas e como supervisor da qualidade e da quantidade do dinheiro (e, na época atual, como gerente do fundo de reserva). Estados individuais gerenciam seu sistema monetário de modo particular e, ao fazê-lo, podem ter um grande poder discricionário. Mas existe um mercado mundial, e as políticas monetárias nacionais não podem isentar os Estados dos efeitos disciplinares que derivam das trocas de mercadorias realizadas nesse mercado mundial. Assim, se é verdade que o Estado pode ter um papel crucial na estabilização do sistema monetário dentro de suas fronteiras geopolíticas, por outro lado ele está ligado ao mercado mundial e sujeito à sua dinâmica. Marx aponta o papel dos metais preciosos: o ouro e a prata tornaram-se, por assim dizer, a *lingua franca* do sistema financeiro mundial. Essa base metálica foi vital tanto internamente quanto nas relações externas (internacionais) (216-9).

Assim, a segurança dada por essa base metálica e pela forma-dinheiro (moedas, em particular) que dela deriva tornou-se essencial para o capitalismo global. É interessante notar que, ao mesmo tempo que John Locke pedia tolerância religiosa e condenava a prática de mandar os hereges para a fogueira, seu colega Isaac Newton era chamado a defender a qualidade das moedas como mestre da Royal Mint**. Ele teve de resolver o problema da desvalorização causada pelo costume de raspar a prata das moedas para fazer mais moedas (um jeito fácil de fazer dinheiro, se pensarmos bem). Os condenados por essa prática eram publicamente enforcados em Tyburn – ofensas contra Deus eram perdoadas, mas ofensas contra o capital e contra Mamon mereciam a pena de morte!

Isso nos conduz ao problema da relevância dos argumentos de Marx num mundo em que o sistema financeiro funciona sem uma mercadoria-dinheiro, uma base metálica, como era o caso até 1971. Você pode notar que o ouro continua importante e talvez se pergunte se, nestes tempos turbulentos, de mercados cambiais instáveis, deve entesourar ouro, dólares, euros ou ienes. O ouro não saiu inteiramente de cena, e há quem defenda o retorno de uma versão do padrão-ouro para contrabalançar as instabilidades e a especulação caótica que frequentemente perturba as transações financeiras internacionais. O ouro, devemos lembrar, é des-

* Federal Reserve (literalmente: "Reserva Federal") é o nome do Banco Central dos Estados Unidos. (N. T.)

** A Casa da Moeda inglesa. (N. T.)

crita por Marx simplesmente como uma representação do valor, do tempo de trabalho socialmente necessário. O que aconteceu a partir de 1973 foi uma mudança no modo de representação do valor. Mas o próprio Marx aponta várias alterações nas formas de representação com moedas, papel-moeda, crédito e coisas do gênero, de modo que, nesse sentido, não há nada na situação atual que desafie seu modo de análise. O que ocorre, com efeito, é que o valor de uma moeda particular, quando confrontado com o valor de todas as outras moedas, é (ou deveria ser) determinado em termos do valor do conjunto total de mercadorias produzidas numa economia nacional. Como a produtividade geral de uma economia é uma variável importante, a ênfase recai na produtividade e na eficiência das políticas públicas.

Se aderirmos à lógica de Marx, teremos imediatamente de observar as condições que decorrem dessa situação. Para começar, há a ficção de uma economia nacional que corresponde aos “uniformes nacionais” das moedas nacionais. Tal economia é um “ideal”, uma ficção que se tornou real pela coleta de uma grande quantidade de estatísticas de produção, consumo, troca, bem-estar etc. Essas estatísticas são cruciais para avaliar o estado de uma nação e têm um papel importante, afetando as taxas de câmbio entre as moedas. Quando as estatísticas sobre a confiança do consumidor e o emprego são favoráveis, a moeda se valoriza. Tais estatísticas constroem a ficção de uma economia nacional quando, na realidade, isso não existe; nos termos de Marx, trata-se de um construto fetichista. Mas especuladores podem entrar em ação e desafiar esses dados (muitos dos quais fundados sobre bases bastante frágeis) ou sugerir que certos indicadores são mais importantes que outros e, caso esses indicadores prevaleçam, eles podem apostar nas variações cambiais e ter ganhos extraordinários. George Soros, por exemplo, ganhou bilhões de dólares em poucos dias apostando contra a libra inglesa em relação ao Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio; acabou convencendo o mercado de que tinha a visão mais acurada da economia nacional.

O que Marx conseguiu com seu modo de análise foi construir um caminho convincente de entendimento do nexa frágil e problemático entre o valor (o tempo de trabalho socialmente necessário incorporado nas mercadorias) e as formas com que o sistema monetário representa esse valor. Ele revela não só o que é fictício e imaginário nessas representações e em suas conseqüentes contradições, mas também que o modo de produção capitalista não pode funcionar sem esses elementos ideais. Não podemos eliminar o fetichismo, como ele mesmo observou, e estamos condenados a viver num mundo às avessas, de relações materiais entre pessoas e de relações sociais entre coisas. A solução é avançar na análise das contradições inerentes, entender como elas se movem e abrem novas possibilidades de desenvolvimento (como o sistema de crédito), bem como de crises. O método

marxiano de investigação me parece exemplar, mesmo que tenhamos de adaptá-lo para compreender nossa delicada situação atual.

Um último ponto. Esse capítulo sobre o dinheiro é rico, complicado e difícil de absorver numa primeira leitura. Por essa razão, comecei observando que muitas pessoas desistem da leitura d'*O capital* quando chegam ao capítulo 3. Espero que o que você tenha encontrado seja suficientemente desafiador para motivá-lo a continuar na leitura, mas vai gostar de saber que não precisa entender todo o capítulo para prosseguir. Muito do que é dito aqui é mais relevante para os outros volumes do que para o restante do Livro I. Munidos de algumas proposições básicas – porém essenciais – desse capítulo, é possível compreender o resto do material sem grandes dificuldades. A partir deste ponto, a argumentação se torna muito mais fácil.